



INFORMATIVO

MARÇO | 2021

podemos

CÂMARA

**IGOR TIMO DESTACA OS
DESAFIOS PARA AJUDAR
O PAÍS A SUPERAR A
PANDEMIA DA COVID-19
À FRENTE DA LIDERANÇA
NACIONAL DO PODEMOS
E DAS COMISSÕES QUE
INTEGRA NA
CÂMARA**

Pág. 6

Deputado Federal
Igor Timo (MG)

**DEPUTADO FEDERAL
JOSIVALDO JP – UM
MANDATO NOVO**

Pág. 10

**PROJETO DE RENATA
PROPÕE O FIM DA LEGÍTIMA
DEFESA DA HONRA NOS
CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Pág. 13

SUMÁRIO

3 Novo presidente da Comissão de Turismo, Bacelar, diz que vai preparar o setor para pós-pandemia

4 Diego Garcia comemora retomada dos trabalhos das Comissões e aponta pautas prioritárias

6 Igor Timo destaca os desafios para ajudar o país a superar a pandemia da Covid-19 à frente da liderança Nacional do Podemos e das Comissões que integra na Câmara

8 Medeiros é o novo secretário de Transparência da Câmara Federal

9 José Nelto, pelo fim da aposentadoria compulsória para magistrados corruptos

10 Deputado federal Josivaldo JP – um mandato novo

12 Léo Moraes intensifica trabalho no combate ao coronavírus

13 Projeto de Renata propõe o fim da legítima defesa da honra nos casos de violência doméstica e familiar

14 Ricardo Teobaldo destina R\$ 20 milhões aos municípios pernambucanos

16 Lucena comemora aprovação da nova Lei do Gás e destaca expectativa pela geração de 4,3 milhões de empregos



NOVO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO, BACELAR, DIZ QUE VAI PREPARAR O SETOR PARA PÓS-PANDEMIA

“O SETOR DE TURISMO É O GRANDE EMPREGADOR DE JOVENS, UMA PARCELA QUE TEM GRANDE DIFICULDADE DE REALOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO”

Novo presidente da Comissão de Turismo, Bacelar, diz que vai preparar o setor para pós-pandemia

O deputado Bacelar (BA) foi eleito no dia 12/03, por unanimidade, para comandar a Comissão de Turismo da Câmara em 2021. Ele substituiu o deputado Newton Cardoso (MDB/MG). Ao assumir o cargo, Bacelar afirmou que a Comissão será o principal pilar do turismo brasileiro e, para isso, irá unir a inteligência do legislativo, do executivo, da academia, do trade e dos trabalhadores do setor

Além disso, irá priorizar medidas que repensem, reformulem e preparem o trade turístico para a retomada das atividades no período pós-pandemia. “O turismo mundial vai mudar. A indústria vai mudar e, para isso, a demanda turística terá que se adaptar. Passada a pandemia, as pessoas que forem viajar terão que se planejar de modo diferente. E isso vai acontecer não apenas por necessidade, mas por exigência. Portanto, temos que nos antecipar” apontou.

O parlamentar baiano ressaltou que a indústria turística é uma mola propulsora da economia ao responder por 10% do PIB e 9% da força de trabalho. Além disso, os dados de emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que, em 2020, 397 mil postos formais de trabalho foram eliminados no setor, o que representa uma queda de 12,8% na força de trabalho dessas atividades. “O setor de turismo é o grande empregador de jovens, uma parcela que tem grande dificuldade de realocação no mercado de trabalho. E a pandemia reforçou o impacto negativo quanto a isso”.

Outro número importante apontado pelo presidente foram as perdas sofridas pelo setor. Segundo ele, já somam R\$ 290,6 bilhões entre março de 2020 e fevereiro deste ano. “Atualmente, o Turismo brasileiro opera com 42% da sua capacidade mensal de geração de receitas. E a perspectiva é de voltar ao nível pré-pandemia só no segundo semestre de 2023”, ressaltou.

DIEGO GARCIA COMEMORA RETOMADA DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES E APONTA PAUTAS PRIORITÁRIAS

“É UMA GRANDE ALEGRIA
RETOMAR ESSE TÃO
IMPORTANTE TRABALHO,
QUE ESTEVE PARALISADO
NO ANO PASSADO POR
CONTA DA PANDEMIA DO
CORONAVÍRUS! INÚMERAS
PROPOSTAS FORAM
PREJUDICADAS COM ISSO,
MAS AGORA SEGUIREMOS
A TODO VAPOR”

O deputado federal Diego Garcia (PR) será membro titular na Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD) e Direitos da Mulher (Cmulher). Além disso, será suplente na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Cultura (Ccult). O parlamentar comemora o retorno dos trabalhos.

“É uma grande alegria retomar esse tão importante trabalho, que esteve paralisado no ano passado por conta da pandemia do coronavírus! Inúmeras propostas foram prejudicadas com isso, mas agora seguiremos a todo vapor”, garante o deputado.

Para o parlamentar, a participação nas comissões e discussões reflete o compromisso com os brasileiros na defesa de pautas voltadas à defesa da vida e da família. O deputado, autor do projeto que cria o Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância (Pampi), destaca a proposta como pauta prioritária para votação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).



De acordo com o PL 147/2019 que prevê a oferta de apoio, orientação, acompanhamento e encaminhamento multidisciplinar à gestante em situação de vulnerabilidade social e à criança. O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e promover o desenvolvimento de ações e estratégias que permitam a conciliação entre vida familiar, pessoal, profissional e comunitária.

“Apesar de já existirem instrumentos legislativos e alguns outros serviços que garantam o atendimento e proteção à família e à gestante, não se observa a existência de programas específicos para proteção à maternidade, que visem explicitamente apoiar, de forma abrangente, as gestantes em situação de vulnerabilidade social e suas famílias, em um momento tão especial da vida da mulher”, esclarece Diego Garcia.

E também propõe o aproveitamento das estruturas de Saúde e Assistência Social já existentes para oferecer serviços como encaminhamento aos serviços de saúde para acompanhamento pré-natal;

atendimento psicossocial; alojamento temporário; orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia econômica, de geração de trabalho e renda; e serviços destinados à garantia e promoção de direitos das famílias, das mulheres e das crianças e adolescentes.

Na avaliação de Diego Garcia, as pautas do Fim do Foro Privilegiado e da Prisão em Segunda Instância também serão prioridades em suas ações do novo ano legislativo.

“A PEC do Fim do Foro Privilegiado já tramita no Congresso desde 2011, e ela está pronta para ser votada. Fui o presidente da Comissão Especial quando, há mais de dois anos, a aprovamos, então não há nenhuma desculpa mais para que ela não seja aprovada. Esse é um apelo também da sociedade brasileira em ver o fim de privilégios. A PEC da Prisão em Segunda Instância também é outra prioridade nas nossas discussões. E eu vou trabalhar muito para conseguir definitivamente aprovar essas duas importantes PECs que estão tramitando aqui na Câmara dos Deputados”, analisa o parlamentar.

IGOR TIMO DESTACA OS DESAFIOS PARA AJUDAR O PAÍS A SUPERAR A PANDEMIA DA COVID-19 À FRENTE DA LIDERANÇA NACIONAL DO PODEMOS E DAS COMISSÕES QUE INTEGRA NA CÂMARA

“PRECISAMOS UNIR FORÇAS, OS ENTES FEDERADOS DEVEM TRABALHAR DE FORMA CONJUNTA PARA ENCONTRAR UM PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AÇÕES PARA DIMINUIR A TRANSMISSÃO DO VÍRUS, SALVAR VIDAS E GARANTIR A CONTINUIDADE DA ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS E UM FUTURO PROMISSOR AOS BRASILEIROS”

A primeira iniciativa do deputado federal, Igor Timo (MG), como líder do Podemos no Câmara dos Deputados, foi articular no Congresso a aprovação do PL 534/2021, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, onde exerceu um papel importante como relator.

De acordo com o parlamentar mineiro, esta pauta é fundamental, pois além de autorizar Estados, Municípios e empresas privadas a comprarem a vacina contra a Covid, vai acelerar o processo de vacinação em massa da população brasileira.

“A missão diária para salvar vidas se resume em mais vacinas e aquisição dos imunizantes, antes, estava apenas sob a tutela do Ministério da Saúde. Mas com a aprovação desse PL, surgem novas janelas de possibilidades para comprar vacinas e frear essa pandemia tão assustadora. Acreditamos que o Brasil possa, até o final de maio, ter vacinado 80 milhões de brasileiros. É a melhor notícia do último período e uma injeção de esperança em todos brasileiros. Além disso, um tema de preocupação no Congresso Nacional é o possível desabastecimento de oxigênio em cidades de médio e pequeno porte, inclusive já estamos fazendo esse debate para amenizar essa situação”, destacou Timo.



O PL das vacinas foi sancionado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, no último dia 10 de março, e agora já virou Lei.

Em meio ao caos vivido pela saúde pública e privada, o parlamentar assumiu recentemente o cargo de 1º vice-presidente da Comissão de Turismo, setor que ele vê com grande preocupação, em virtude da crise. Para Igor, os reflexos da crise epidemiológica da saúde, que afetou não só o Brasil, mas também o mundo, trouxeram consequências graves à economia do país, e por isso, são necessárias medidas urgentes para socorrer o setor de Turismo, cadeia produtiva que gera grande parte dos empregos no país.

“Aprovamos na Câmara o Projeto de Lei que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos. Nós, do Podemos, conseguimos incluir o setor turístico como beneficiário de uma série de medidas para garantir o funcionamento e a manutenção de empregos desses profissionais, como parcelamento de débitos de empresas, alíquota zero do PIS/Pasep, da Confins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses, acesso a crédito e prorrogação do Programa

Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, explicou o parlamentar.

Além do Turismo, o deputado encarou mais uma missão, passou a integrar a 2ª Vice-presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Ele considera a área muito importante, e pretende atuar propondo Projetos de Lei que promovam mais qualidade de vida e um envelhecimento saudável aos idosos, visto que o Brasil é um país que caminha para ter, nos próximos 20 anos, um percentual elevado da população na terceira idade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

E, por fim, Igor deixa um recado aos governantes para que o Brasil supere esta pandemia e escreva uma história diferente desta triste realidade, vivida em 2021. “Precisamos unir forças, os entes federados devem trabalhar de forma conjunta para encontrar um ponto de equilíbrio entre ações para diminuir a transmissão do vírus, salvar vidas e garantir a continuidade da atividade econômica dos municípios e um futuro promissor aos brasileiros”, reforçou Igor Timo.



MEDEIROS É O NOVO SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA FEDERAL

“ASSUMO ESSA FUNÇÃO COM O OBJETIVO DE TRABALHAR PARA AMPLIAR A TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO, USANDO TODAS AS FERRAMENTAS PARA APROXIMAR AINDA MAIS A SOCIEDADE DA CÂMARA FEDERAL”

O deputado federal José Medeiros (MT) é o novo secretário de Transparência da Câmara Federal. A indicação para o cargo na Mesa Diretora foi feita pelo presidente da Casa de Leis, deputado Arthur Lira (PP-AL), neste mês de março.

Na secretaria, Medeiros será responsável por supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, promover a cultura da transparência na Câmara Federal, nos demais Poderes e na sociedade civil. O parlamentar também terá a missão de propor medidas de aprimoramento da legislação, ampliar o acesso à informação e o controle social da administração pública.

“Agradeço a confiança do presidente da Câmara e de toda Mesa Diretora. Assumo essa função com o objetivo de trabalhar para ampliar a transparência da informação, usando todas as ferramentas para aproximar ainda mais a sociedade da Câmara Federal. Além da tecnologia, das mídias digitais, vamos promover as ações presenciais, assim que possível, nos estados e municípios. Acredito que é preciso fomentar a cultura da transparência, promovendo

ações de controle social. Isso ajuda a aproximar o Legislativo do cidadão, estimula a consciência crítica e amplia a representatividade do parlamentar, pois ele terá mais um canal direto com a população”, frisa o deputado.

Medeiros destaca o fato da Câmara Federal já ser referência nacional e internacional no quesito transparência, desenvolvendo vários projetos para aproximar ainda mais a sociedade da Casa de Leis.

“No site da Câmara, o cidadão tem acesso a vários dados, como os projetos de leis, a receita e a despesa da Casa e o perfil dos parlamentares, entre outras informações. Além disso, a Casa, por meio da Secretaria da Transparência, lança anualmente o relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação e desenvolve projetos como o Guia do Parlamento Aberto e o Cidadão Que Vê”.

Criação - A Secretaria da Transparência da Câmara Federal foi criada em abril de 2019 pela Resolução 5/2019. Medeiros é o segundo deputado que assume o cargo de secretário da Transparência.

Para impor penalidades mais duras aos integrantes do Poder Judiciário que sejam afastados de suas funções por faltas disciplinares graves, o deputado do Podemos, José Nelto (GO), apresentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 277/2020. O texto apresentado pelo vice-líder do partido substitui a aposentadoria compulsória pela possibilidade de demissão dos magistrados.


O texto permite a demissão por uma brecha aberta pela reforma da Previdência aprovada em 2019. No caso, a reforma retirou da Constituição a aposentadoria compulsória como punição a juízes. Em sua justificativa do projeto, o deputado aponta que é necessário acabar de vez com o benefício que foi criado pela Carta Magna em 1988 e ganhou uma interpretação protetiva classista para os magistrados.

“Dessa forma, diante da inércia da ação legislativa necessária pelo Poder Judiciário de acabar de vez com esse benefício imoral, a presente proposição

legislativa tem por objetivo revogar a pena disciplinar de aposentadoria compulsória e instituir a pena de demissão aos magistrados condenados pela prática de faltas disciplinares graves”, diz o texto apresentado pelo deputado, que está tramitando na Câmara.

Atualmente, os magistrados que cometem faltas disciplinares graves mantêm os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço mesmo afastados do cargo. José Nelto visa acabar com essa possibilidade, fortemente criticada por ele.

Além da possibilidade de demissão, caso o magistrado tenha recebido salários durante seu afastamento, o texto determina que os vencimentos devem ser devolvidos aos cofres públicos. “Na hipótese de aplicação de pena de demissão, o magistrado deverá ressarcir aos cofres públicos os salários percebidos durante o seu afastamento”, regra o texto apresentado e que aguarda análise dos pares.



PELO FIM DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA PARA MAGISTRADOS CORRUPTOS

“NA HIPÓTESE DE APLICAÇÃO DE PENA DE DEMISSÃO, O MAGISTRADO DEVERÁ RESSARCIR AOS COFRES PÚBLICOS OS SALÁRIOS PERCEBIDOS DURANTE O SEU AFASTAMENTO.”

DEPUTADO FEDERAL JOSIVALDO JP – UM MANDATO NOVO

“A SITUAÇÃO DA PANDEMIA QUE TROUXE AS CRISES NA SAÚDE E NA ECONOMIA EXIGE O NOSSO EMPENHO E A NOSSA RESPONSABILIDADE PARA AJUDAR A POPULAÇÃO, QUE TEM PRESSA.”

Mais novo deputado federal da bancada do Podemos, Josivaldo JP (MA) tomou posse em 01 de janeiro de 2021 como titular na vaga deixada pela eleição de Eduardo Braide a prefeito de São Luís (MA).

“Nesses 90 dias na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que tudo é novo para mim, tudo é urgente também. E trabalhei sem parar para levar de imediato algumas melhorias para o meu estado e a minha região. A situação da pandemia que trouxe as crises na saúde e na economia exige o nosso empenho e a nossa responsabilidade para ajudar a população, que tem pressa.”

É a primeira vez em mais de 10 anos que a região Sul do Maranhão, conhecida como Região Tocantina, tem um deputado federal que a represente. Nos primeiros três meses de mandato, Josivaldo JP priorizou ações para as cidades da região, principalmente em infraestrutura, além de apoiar as medidas discutidas e votadas no Congresso Nacional para o combate à pandemia.

O deputado Josivaldo JP participou de dezenas de reuniões com ministros e outras autoridades do Governo Federal para discutir projetos como os Programas Casa Verde e Amarela, Wi-Fi Brasil, construção de creches, mobilidade urbana, saúde, inclusive saúde indígena, e obras de infraestrutura.

Um dos focos de sua atuação foi a garantia de



recursos na ordem de aproximadamente R\$ 18 milhões junto ao Orçamento Geral da União (OGU) para a conclusão de obras de duplicação e alargamento das marginais da Rodovia BR 010, no perímetro urbano de Imperatriz-MA.

“Sigo trabalhando junto aos órgãos federais, e junto com a bancada maranhense no âmbito do OGU, para que não faltem recursos para a rápida conclusão das obras de duplicação e alargamento de pistas da BR 010, no trecho urbano de Imperatriz, que já dura mais de 5 anos e não pode mais parar. É mais segurança para a população e mais desenvolvimento, melhorando o escoamento da produção na região.”

Josivaldo JP cumpriu extensa agenda de visitas a municípios do seu estado depois de empossado deputado, para se apresentar à população e aos prefeitos e vereadores no início dos seus mandatos neste ano de 2021. Além disso, fez parte de duas Missões Oficiais do Governo Federal no Maranhão. Com o ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, integrou a comitiva para a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Integrada de Desenvolvimento para o Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA) realizada em São Luís em fevereiro, para a avaliação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA), que tem objetivo de desenvolver a infraestrutura da região, além de criar modelos de negócios que incentivem as atividades espaciais.

Também em fevereiro o deputado maranhense integrou a Comitiva do Presidente Jair Bolsonaro à Alcântara-MA, para a entrega de títulos de propriedade rural para famílias maranhenses. “Essas famílias aguardavam os títulos desde os anos 80, e agora passaram a contar com os documentos de propriedade definitiva dos seus imóveis. Foi uma missão de muita felicidade, estar no nosso Maranhão participando de um momento tão esperado, vendo a alegria tão grande daqueles pequenos agricultores e quilombolas de receberem em mãos os documentos das suas terras.”

Na agenda do Plenário da Câmara dos Deputados, o deputado apoiou as medidas discutidas no âmbito da pandemia do Coronavírus, como a votação da PEC Emergencial, que proporcionou o retorno do Auxílio Emergencial para os brasileiros - e maranhenses - que estão muito afetados pela falta de emprego e renda nesse momento, e da PL das Vacinas, que flexibilizou aos estados e municípios a compra de vacinas para acelerar a imunização da população.

Uma conquista que deve ser comemorada na Região Tocantina: o deputado Josivaldo JP conseguiu junto ao Ministério da Saúde o envio de 20 mil kits extras de exames de detecção do Coronavírus para a Regional de Saúde de Imperatriz, que é responsável por 16 municípios da região. Os prefeitos e secretários de saúde contarão com esse reforço de testes para ajudar no combate à Covid19.

Desde o começo da pandemia do coronavírus, o deputado federal Léo Moraes (RO) tem intensificado as ações e trabalhos que colaboram com a proteção da vida e o acesso à vacina para todos os brasileiros.

Em fevereiro, o parlamentar enviou ofício ao Ministério da Saúde e solicitou o que o estado de Rondônia fosse incluído nos critérios de prioridade, com a ampliação do quantitativo de doses da vacina, adotando os mesmos critérios utilizados para o estado do Amazonas, já que o sistema de saúde de Rondônia havia entrado em colapso total.

No início do mês de março, em resposta ao ofício enviado pelo deputado Léo Moraes, o Ministério da Saúde enviou para Rondônia 17 mil doses extras da vacina contra a Covid-19.

Além disso, o parlamentar destinou R\$ 8 milhões

para a saúde de Rondônia, sugerindo ao executivo que o valor fosse utilizado prioritariamente na aquisição de vacinas.

“Precisamos vacinar a população o quanto antes. Não podemos aceitar que Rondônia seja o segundo estado que menos vacinou no Brasil. Temos buscado doses extras para o estado através do Ministério da Saúde, destinado recursos para a aquisição das vacinas e cobrado o executivo estadual e municipal para adquirirem as doses o mais rápido possível”, defendeu o deputado.

Léo Moraes também votou favoravelmente ao projeto lei que garante a compra de vacinas aos Estados, Municípios e empresas privadas. A lei foi sancionada pelo Presidente da República na última quarta-feira (10) e a expectativa é de 80 milhões de brasileiros sejam beneficiados.

LÉO MORAES INTENSIFICA TRABALHO NO COMBATE AO CORONAVÍRUS

“PRECISAMOS
VACINAR A
POPULAÇÃO O
QUANTO ANTES”



PROJETO DE RENATA PROPÕE O FIM DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

“TEMOS EVOLUÍDO BASTANTE EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DA MULHER, COMO A LEI MARIA DA PENHA E A LEI DO FEMINICÍDIO, CUJA PENA É IGUAL À DO HOMICÍDIO QUALIFICADO, MAS AINDA TEMOS DE APERFEIÇOAR NOSSO CÓDIGO PENAL”

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Renata Abreu (SP) entregou mais um presente às mulheres brasileiras: o Projeto de Lei 781/2021, para acabar com a tese de legítima defesa da honra, que continua sendo utilizada pelos réus nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

“Infelizmente, a legislação atual possui lacunas que possibilitam aos réus em processos de violência doméstica utilizar e se beneficiar dessa tese de legítima defesa da honra para serem absolvidos ou terem suas penas consideravelmente reduzidas”, argumenta a deputada federal, que propõe alterar o Código Penal, estabelecendo que não se considera em legítima defesa ato praticado com a suposta finalidade de defesa da honra ou da imagem do autor do crime ou de terceiros nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na justificativa de sua proposta, a parlamentar reforçar a triste realidade da violência doméstica e familiar no Brasil. “Com o advento da pandemia de Covid-19 e a imposição de medidas de isolamento social, houve aumento do tempo de convivência doméstica entre as pessoas e, por conseguinte, do número de crimes dessa natureza”, frisa ela

Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, divulgados no domingo (7),

apontam para mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher nas plataformas do Ligue 180 e Disque 100 ao longo de 2020. “Temos evoluído bastante em relação à proteção da mulher, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, cuja pena é igual à do homicídio qualificado, mas ainda temos de aperfeiçoar nosso Código Penal”, comenta Renata Abreu.

CASO DOCA STREET

No dia 30 de dezembro de 1976, Doca Street, após intensa discussão com sua namorada, Ângela Diniz, a qual pôs fim ao relacionamento que durava aproximadamente quatro meses, matou a moça com três tiros no rosto e um na nuca. No primeiro julgamento, em 1979, a defesa alegou legítima defesa da honra e Doca Street foi condenado a apenas dois anos de prisão. Ficou 7 meses na cadeia e saiu em liberdade.

Por causa dos protestos das mulheres em todo o país, houve o segundo julgamento, em 1981, e desta vez Doca Street foi condenado a 15 anos de prisão pelo assassinato e mais seis meses por ter fugido da Justiça. Ele cumpriu apenas três anos em regime fechado, dois no semiaberto e 10 em liberdade. E morreu em dezembro do ano passado, aos 86 anos.

RICARDO TEOBALDO DESTINA R\$ 20 MILHÕES AOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS

“PRECISAMOS REFORÇAR A SAÚDE, COMO JÁ DISSE, E FOMENTAR A ECONOMIA. AJUDAR QUEM ESTÁ PRECISANDO”

Com o objetivo de promover um reforço na saúde e ampliar o combate a Covid-19, o deputado federal Ricardo Teobaldo (PE) destinou cerca de R\$ 20 milhões para diversos municípios de Pernambuco. Os recursos são provenientes de emendas parlamentares e recursos extra orçamentários.

Para o parlamentar, esses recursos deram um respiro aos municípios no momento de maior dificuldade. “A gente sabe que os recursos municipais são contados e em tempos de pandemia os prefeitos estão fazendo milagre para atender a população. Eu fui prefeito e sei dessa realidade de perto. Esses recursos chegam num momento fundamental para ampliar o atendimento à saúde e o combate ao coronavírus”, destacou Teobaldo.



Ele enfatizou a importância da união dos poderes nesse delicado momento. “Nós precisamos estar ainda mais afinados para enfrentar essa pandemia. Nosso esforço é constante para diminuir os problemas e, principalmente, as perdas que ela vem causando. Mesmo não estando em Brasília, nós estamos diariamente empenhados na solução dessas dificuldades”, frisou.

O parlamentar defendeu que as ações sejam feitas de uma forma ampliada e conjunta. “É óbvio que precisamos reforçar os investimentos na saúde. É ela que faz o acolhimento do paciente e salva vidas. Mas nós também precisamos ter um olhar macro acerca da pandemia. A economia tá sofrendo. Os empregos estão sofrendo. Nesse sentido, é preciso uma atuação ampla. Precisamos reforçar a saúde, como já disse, e fomentar a economia. Ajudar quem

tá precisando. Estender a mão do governo para quem foi demitido, para quem precisou fechar seu comércio, para quem também está sofrendo no bolso com a pandemia”, reforçou Teobaldo.

Foram contemplados com investimentos os hospitais regionais de Limoeiro e Nazaré da Mata, além dos municípios de Paudalho, Carpina, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Lagoa do Carro, Feira Nova, Salgadinho, Passira, Riacho das Almas, Cumaru, João Alfredo, Bom Jardim, Surubim, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, e Jataúba. Também foram alocados recursos para Ipojuca, Camaragibe, Ibirajuba, Itaíba, Tabira e Tuparetama. Através da Codevasf foram contemplados os municípios de Ibimirim, Carnaíba, Iguaracy, Solidão, Afogados da Ingazeira, Santa Terezinha, Itapetim e Bonito.



LUCENA COMEMORA APROVAÇÃO DA NOVA LEI DO GÁS E DESTACA EXPECTATIVA PELA GERAÇÃO DE 4,3 MILHÕES DE EMPREGOS

“ESSE É O MOMENTO DE SALVAR VIDAS, DE ABASTECER NOSSO SISTEMA DE SAÚDE, MAS TAMBÉM DE GERAR MEIOS PARA ALIVIAR A POPULAÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS GERADOS PELA PANDEMIA”

Visando o resultado de R\$ 60 bilhões por ano em investimentos e a geração de 4,3 milhões de empregos nos próximos anos, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria, a Câmara dos Deputados aprovou o novo marco regulatório do setor de gás (PL 4476/20). Para o deputado Roberto de Lucena (SP), a aprovação é um avanço, já que promove desconcentração do mercado, impedindo uma mesma empresa de atuar em todas as fases, da produção/extração até a distribuição.

A redução do preço do gás é uma marca na atuação de Roberto e Lucena (Podemos-SP), que é autor do Projeto de Lei° 10280/18, que acrescenta o gás de cozinha no rol de produtos da cesta básica e reduz à zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

“Propondo o alívio da carga tributária que incide sobre o gás de cozinha ou apoiando uma medida como essa que aprovamos, precisamos agir em favor da população. Esse é o momento de salvar vidas, de abastecer nosso Sistema de Saúde, mas também de

gerar meios para aliviar a população dos impactos econômicos gerados pela pandemia. A CNI estima que serão gerados 4,3 milhões de empregos a partir da efetividade dessa matéria, que aumenta a concorrência no mercado de gás natural, reduz a concentração da produção e pretende diminuir o preço do combustível”.

Entre outras medidas, o Projeto prevê que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis deve monitorar o mercado para estimular a competitividade.

“A abertura do mercado de gás com a entrada de novos agentes no setor é algo positivo para o país. Integrarão o processo novos comercializadores, importadores, produtores, etc. Teremos um mercado plural. O resultado disso é a redução dos custos para o consumidor. Estamos diretamente tratando da retomada econômica do país”, completa Lucena.

O Projeto aprovado teve como relator o Deputado Laércio Oliveira, que apresentou ao plenário parecer produzido em 2019 pelo Deputado Silas Câmara e apresentado à Comissão de Minas e Energia.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados: deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Isabella Macedo, Maura Mosquera, Déborah Sena, Regina Lacerda, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Gabriel Tiveron, Josué Cidade e Robert Alves.



JUNTOS
PODEMOS

 /podemos19

 www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA